

O Rio de Janeiro perdeu a medalha de ouro da cidadania

Bruno Lopes*
Luiz Mario Behnken**

Em dezembro de 2003, logo após a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Pan-americanos, a revista da Associação Brasileira de Academias (Acad) publicou uma entrevista exclusiva com o prefeito César Maia. Nela, o alcaide, orgulhosamente, anunciava o legado para a cidade:

Poderemos ser a segunda potência esportiva das Américas. A cidade vai receber investimentos em meio ambiente, em transporte público, na reestruturação urbana, em educação, esportes e tecnologia, o que vai gerar um forte crescimento econômico e social.

Preparamos uma ampla agenda de compromissos sociais a serem implementados, prioritariamente nas comunidades com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mais baixo. Vamos ampliar o Programa Favela-Bairro, com investimentos de U\$ 1 bilhão, o que vai melhorar a vida de um milhão de pessoas. A Agenda Social define outras metas de redução da pobreza e das desigualdades sociais, como

expansão do sistema de Saúde da Família, aumento de proporção de alunos que concluem a 8ª série, redução da mortalidade infantil, complementação de renda, integração social da população de rua e muito mais.

Um dos legados dos Jogos é em ações que estimulem a população a praticar atividades físicas. Hoje, a Prefeitura atende a mais de 100 mil pessoas nos seus projetos esportivos. Com os novos equipamentos, que serão construídos para o Pan, vamos poder atender praticamente toda rede pública municipal de ensino, ou seja, 750 mil crianças.

Num país em que até a visita de um papa é transformada em espetáculo e aproveitada para se estimular os negócios, um evento envolvendo a paixão e a emoção de milhares de pessoas também é, oportunamente, aproveitado para o fortalecimento da economia. Não se deve esquecer que os jogos são um evento privado, um negócio. A busca pelo lucro na lógica capitalista é intrínseca a sua própria concepção. Entretanto, essa lógica não é absoluta e a sociedade pode e deve interferir para garantir que o interesse público se sobreponha ao interesse privado. O instrumento é o Estado, todavia, no caso presente, as três esferas governamentais se uniram na concepção de que o evento, por si só, é do interesse público e a sua realização é mais importante que o respeito e/ou a execução de outras ações governamentais.

As outras ações, relegadas ao segundo plano, vão desde a elevação do status socioeconômico das parcelas mais pobres da população (Agenda Social) até a preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade (Marina da Glória e Estádio de Remo da Lagoa), passando por renúncias de áreas sob seu controle ("privatizações" na forma de concessão de longo prazo, como o caso

Não se deve esquecer que os jogos são um evento privado, um negócio. A busca pelo lucro na lógica capitalista é intrínseca a sua própria concepção

do RioCentro) e arrecadação de tributos (várias atividades relacionadas aos jogos ficaram isentas de tributação). Outra agravante é a destinação de vultosos recursos orçamentários para a construção de equipamentos esportivos sem que seu uso esteja definido e, pior, de necessidade questionável, como o Estádio Engenhão.

Pelo que foi exposto, percebe-se que o Pan-americano não se encerra como competição puramente desportiva. De fato, um evento como esse provoca transformações na cidade-sede que duram muito mais do que os 15 dias de jogos. Transformações que podem ser positivas ou negativas, de acordo com o modelo implementado e o grau de participação da sociedade nas decisões.

No caso do Pan 2007, a falta de democracia foi notória. A população não participou da decisão de se candidatar e, uma vez escolhida, não participou de como se daria a intervenção urbanística. Em várias oportunidades, os responsáveis pelo evento afirmaram que a participação popular pôde ser observada pela quantidade de voluntários. Obviamente, esse tipo de participação não é suficiente.

Pelo discurso do prefeito César Maia em 2003, a expectativa era de que o legado do Pan para a nossa cidade fosse muito positivo. No entanto, quando analisamos ponto a ponto as promessas de campanha, verificamos que a realidade em meados de 2007 é bem diferente do legado prometido.

Legado para quem?

• Trânsito

A despeito das melhorias anunciadas, a ausência de investimento em infra-estrutura de caráter público e coletivo sinaliza a pouca importância do legado concreto para a cidade. Os investimentos foram direcionados para obras em equipamentos de uso restrito. A linha 4 do Metrô,¹ que ligaria a zona sul à zona oeste, não saiu do papel, assim como o TransPan, que ligaria os dois aeroportos entre si e com a Barra da Tijuca.

A solução para aliviar o tráfego durante os 15 dias de jogos será a utilização de pistas exclusivas para as pessoas diretamente envolvidas com o Pan-americano. Corre-se ainda o risco do agravamento do trânsito no período, tanto pelo aumento da circulação (estima-se a chegada de 300 a 500

mil visitantes) como pelo estreitamento das vias existentes. A oportunidade de melhorar a cidade nesse quesito foi desperdiçada.

• Habitação

A Vila do Pan é exemplar. Recursos públicos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foram usados para a construção e a urbanização de prédios destinados a uma classe já abastada – ignorando o grave déficit habitacional das classes pobres e miseráveis. De acordo com a Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (Cide), em todo o estado do Rio, esse déficit alcança 293.848 moradias, representando quase 1,2 milhão de pessoas, grande parte na capital.

A obra foi viabilizada com recursos federais a juros mínimos, oriundos do FAT, administrado pela Caixa Econômica Federal. Não bastasse isso, o governo federal pagará um aluguel pelo uso dos domicílios por parte dos atletas durante os 15 dias do evento.

Vale lembrar que em Pan-americanos como o de Havana, em 1991, os(as) trabalhadores(as) que construíram a vila ficaram com os apartamentos após o evento.

Ao encontro desse modelo privatista e excludente, comunidades da zona oeste estabelecidas há muito tempo sofrem com a política de exclusão com o objetivo de valorização imobiliária, reforçando a tentativa de isolamento de áreas para classes ricas, em vez de uma política de inclusão tendo em vista a chegada do Pan. A proximidade do evento gera dor de cabeça para essas comunidades, constantemente ameaçadas de expulsão por parte do poder público municipal! As indenizações oferecidas

Pelo discurso do prefeito em 2003, a expectativa era de que o legado do Pan para a nossa cidade fosse muito positivo. No entanto, verificamos que a realidade é bem diferente do legado prometido

¹ Pretendia-se a implantação de um trecho, desconectado e integrado apenas parcial e inadequadamente. A ligação seria feita até a Gávea, sendo a conexão até Botafogo a ser feita por ônibus.

são de valores ínfimos, incapazes de servir como alternativa habitacional pela aquisição de outro imóvel.

Em outras áreas sociais também foram prometidos grandes avanços, com destaque especial para a integração social da população de rua, para o Programa Saúde da Família e para ampliação no atendimento do ensino fundamental na rede municipal. Esses objetivos constam na Agenda Social – série de metas sociais a serem atingidas até 2007, como o compromisso social do Pan.

• **Integração social**

A política de atendimento à população de rua tem sofrido muitas críticas no sentido de que não trará resultados efetivos. A população de rua será recolhida e encaminhada a abrigos públicos durante o período dos jogos, mas no fim do evento tudo voltará à estaca zero. De acordo com o programa da Secretaria Nacional de Segurança Pública – cujo edital foi publicado e republicado pelo Ministério da Justiça –, o atendimento seria feito aos menores encontrados nos locais onde ocorrerão competições, em aeroportos e áreas turísticas.

Em vez de resolver a questão, a solução encontrada parece ter sido varrer o problema para debaixo do tapete enquanto as atenções estão voltadas para a cidade-sede do evento. O custo e a duração do projeto dão a dimensão da importância do problema social: R\$ 2 milhões para as crianças em situação de risco durante o período de visitação de turistas até um pouco depois

dos jogos. Há ainda a questão legal, pois as medidas propostas ferem o Estatuto da Criança e do Adolescente.

• **Educação**

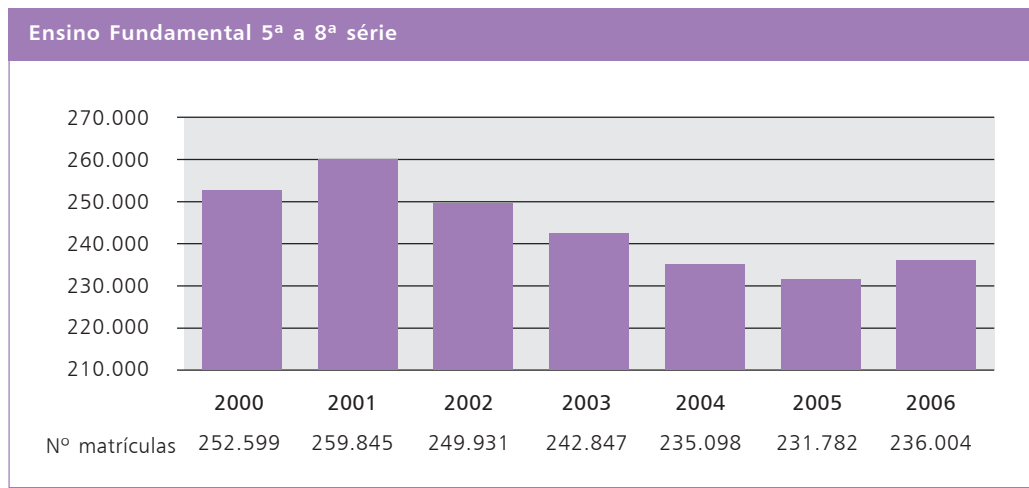
A falta de cumprimento das metas da Agenda Social fica evidenciada no **Gráfico 1** com relação ao número de matrículas da 5ª a 8ª série do ensino fundamental.

Há uma meta que determina que, em 2007, haja 120 mil crianças matriculadas na pré-escola. Em 2005, já havia alcançado um total de 99 mil matriculadas, mas ao conferirmos os dados para o ano de 2006, verificamos que o número de estudantes na pré-escola caiu em 5%, com 4.773 estudantes a menos matriculados(as). O mesmo aconteceu com a meta de ampliação das vagas em creches. Em vez de 43 mil, anunciadas em 2005, tínhamos 35.500 matriculados(as) em 2006. Ou seja, uma redução de 17,5%, segundo dados do Instituto Pereira Passos.

• **Saúde**

Em 3 de maio de 2007, os jornais noticiavam que os hospitais públicos do Rio receberá R\$ 4,5 milhões para assegurar um bom atendimento durante o Pan. A verba deverá ser utilizada para dotar os hospitais públicos da cidade da infra-estrutura necessária para atendimentos de urgência e emergência no período dos Jogos Pan-americanos. A portaria que autoriza o investimento ressalta que a realização da competição   responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal. As informações são do Ministério da Saúde.

Gráfico 1



FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP), 2006.

A título de comparação, serão gastos mais de R\$ 15 milhões na comida fornecida aos(as) atletas durante os jogos. Enquanto R\$ 380 milhões são gastos para construir o Estádio Olímpico João Havelange, com a Saúde serão gastos R\$ 4,5 milhões. Ademais, esse valor pode ser considerado irrisório em comparação às necessidades do sistema de saúde que recentemente sofreu uma intervenção federal.

De acordo com declaração do médico e ex-presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Estado do Rio, Paulo Pinheiro, em reportagem publicada no jornal *O Globo*, no dia 15 de abril de 2006, nossa cidade conta, hoje, com 126 equipes do Programa Saúde da Família, é a que tem pior desempenho na implantação do PSF quando comparada com outras capitais. A reportagem diz ainda que o programa Agentes Comunitários de Saúde é composto por 40 equipes. A expansão desses programas estava prevista na Agenda Social e poderia ser considerada um legado do Pan. No entanto, a meta prevista de que esses programas deveriam atender 1,8 milhão de moradores(as) de áreas com baixo IDH está muito aquém do esperado. São atendidas, atualmente, 699 mil pessoas.

• Esporte e lazer

Com relação aos novos equipamentos esportivos construídos para o Pan, perguntamos: é viável a utilização de áreas controladas pela iniciativa privada pelas 750 mil crianças da rede pública? Alguém imagina uma criança que estuda na zona oeste praticando vela na Marina da Glória ou jogando bola no Engenho? Sim, isso é possível, mas onde está firmado tal compromisso?

Há ainda o duvidoso sucesso desportivo. Com o atraso das obras em todas as instalações, a vantagem de se “jogar” em casa pelo prévio conhecimento das instalações não se concretizou. Em tempo: nenhum nadador treinado no Rio de Janeiro se classificou para as disputas do Pan.

Grave também é a implementação de um modelo de Pan que vem se adequar ao modelo de ‘cidade-empresa’ vigente no Rio de Janeiro. Espaços públicos ou estão sendo privatizados ou correm risco de serem, tendo a realização dos jogos como desculpa. Nesse cenário, enquadram-se o RioCentro, o Estádio de Remo da Lagoa que, pelo projeto, será transformado em *shopping* com seis salas de

cinema, restaurantes e estacionamento para 350 carros, e a Marina da Glória, que seria ampliada, avançando sobre a área pública do Aterro do Flamengo, com a construção de garagens de lanchas, centro de convenções e restaurantes. Não custa lembrar que tanto o Estádio de Remo como o Aterro do Flamengo são áreas tombadas. Em 2006, foram realizadas três manifestações nos dois espaços, em protesto contra a transformação desses patrimônios públicos em áreas privadas com finalidade comercial.

A meta é gastar

Outro capítulo importante quando analisamos a implementação do Pan é a questão orçamentária, mais especificamente, a exponencial evolução dos gastos. Em 2003, o orçamento total anunciado era de cerca de R\$ 800 milhões, somadas as três esferas de governo. A participação da iniciativa privada reduziria os investimentos públicos e exemplo disso seriam as obras no Autódromo, na Marina da Glória e no Estádio de Remo, a serem realizadas sem nenhum ônus para o(a) contribuinte a partir de despesas do poder público.

O “preço” dessa participação não ficou totalmente claro. Entretanto, é possível identificar algumas compensações. Na Marina da Glória, a reforma de adaptação para os jogos inclui instalações não destinadas ao esporte, e sim ao alargamento das atividades comerciais da concessionária. Ainda nessa linha, o prazo de concessão é triplicado, passando de 10 para 30 anos! Não dispomos de informação sobre a origem dos recursos que seriam investidos

Enquanto R\$ 380 milhões são gastos para construir o Estádio Olímpico João Havelange, com a Saúde serão gastos R\$ 4,5 milhões, valor irrisório em comparação às necessidades do sistema

*** Bruno Lopes**

Economista do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs) e coordenador do Comitê Social do Pan

**** Luiz Mario Behnken**

Economista, coordenador do Fórum Popular do Orçamento e membro do Comitê Social do Pan

nas obras, sobretudo na construção da garagem para barcos de luxo, felizmente barrada na Justiça.

No Estádio de Remo encontramos a mesma lógica, qual seja, avanço da atividade comercial com instalações desvinculadas do esporte. Porém, nesse caso, há uma agravante: partes das obras de adaptação são financiadas com recursos públicos a despeito de o destino posterior ser de uso privado.

Após quatro anos e a cerca de um mês dos jogos, a iniciativa privada não realizou os investimentos, o orçamento passou para R\$ 4 bilhões, e todas as obras estão atrasadas. Como mostram experiências em jogos anteriores, quanto mais perto do início da competição, mais dinheiro é liberado de forma indiscriminada, uma vez que o evento é de extrema importância e nada pode dar errado. Essa comoção acarreta a liberação de recursos para os jogos com dispensa de licitação e passando por cima de leis que regulam os repasses de verba.

Em uma cidade e em um país com muitas necessidades, os recursos aplicados na implementação do Pan farão falta em outros setores nos quais poderiam ser alocados. Exemplo dessa priorização dos gastos é um dos repasses de mais de R\$ 100 milhões do governo federal para os governos municipal e estadual para obras e para a segurança durante os 15 dias de jogos. Em parceria com o Fórum Brasil do Orçamento, detectamos a origem desses recursos como sendo dos ministérios da Saúde, Transporte e Desporto e Lazer. O mesmo também ocorreu no orçamento municipal, com recursos remanejados de ações na função Saúde para aplicação em obras para o Pan.

Outras histórias

O que percebemos na experiência que estamos vivenciando no Rio de Janeiro é que ela se assemelha a de outros Jogos Pan-americanos e Olimpíadas. Em 2005, quando foi criado o Comitê Social do Pan² – organização que engloba associações de moradores, unidades acadêmicas, movimentos populares e entidades não-governamentais –, estabelecemos contato com entidades internacionais criadas com o mesmo propósito: intervir criticamente na implementação desses eventos, fazendo a ponte entre a sociedade diretamente afetada e o poder público organizador dos jogos.

Algumas experiências foram mais bem-sucedidas, como no caso do Canadá, em que o movimento *Impact of the Olympics on Community Coalition* elaborou, em 2002, 22 itens a serem cumpridos pelo comitê responsável pela candidatura da cidade de Vancouver aos Jogos Olímpicos de Inverno em 2010.³ Entre as reivindicações estavam um referendo para saber se a população realmente gostaria de receber os jogos e a exigência de que a cada três meses fossem divulgados os custos relacionados ao evento.

Já na Copa do Mundo de Futebol da Alemanha, em 2006, apesar do grande número de turistas, o incentivo à utilização de transportes públicos e sua modernização contribuiu para a redução da emissão de poluentes. Um legado na área do meio ambiente que poderia ter se concretizado no Rio de Janeiro.

Por outro lado, uma experiência similar a do Rio de Janeiro ocorreu em Santo Domingo, capital da República Dominicana, sede dos últimos Jogos Pan-americanos em 2003. O padre Rogelio Cruz liderou uma marcha com a tocha da fome, em analogia à Tocha Olímpica. Aquela simbolizava as necessidades vividas pela população em contraste com os elevados gastos voltados para implementação do evento. No dia de abertura dos jogos, o bairro de onde sairia a marcha foi cercado pelo Exército para que o resto do mundo não tomasse conhecimento da existência de um outro lado do Pan.

Outros movimentos também foram criados na Austrália e em Atenas, sedes dos dois últimos Jogos Olímpicos. Em Atenas, a dívida da cidade foi calculada em mais de US\$ 11 bilhões, equivalentes a cerca de R\$ 22 bilhões⁴, e a maioria dos estádios construídos não são mais utilizados.

A lição deste Pan-americano deve ser aprendida. Já se fala em uma candidatura para as Olimpíadas de 2016 e a provável Copa do Mundo de 2014. Novamente, virão promessas de legado nas áreas de saúde, educação, esportes, transportes, segurança e meio ambiente. Cabe a nós, da sociedade, ficarmos atentos(as) para que a história não se repita e as promessas não fiquem apenas no papel, mais uma vez, enquanto aplaudimos atletas durante as duas semanas do evento. A medalha da cidadania tem que ser conquistada! ■

² ver o site <<http://br.geocities.com/fporj>>

³ O documento completo pode ser visto em: <<http://br.geocities.com/comitesocialdopan/RecommendationsIOCC.htm>>

⁴ Valor convertido em reais a partir da cotação de 15 de maio de 2005 (R\$ 2,00 para cada dólar).